



**PROJETO DE LEI Nº 0097-11, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.**

Autoriza a Contratação Temporária de excepcional interesse público de Veterinário.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo da Lei Municipal nº 1.751/90, o cargo a seguir descrito:

Padrão: 11	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
<b>Veterinário</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 1.832,47</b>	<b>40hs semanais</b>

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, devido a excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.

Art. 3º Durante o exercício da função ficam assegurados todos os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990.

Art. 4º A cópia do instrumento celebrado será enviado ao Poder Legislativo dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de sua realização.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.788, de 03 de agosto de 2011.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/08/2011.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0097-11, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando à V.Sras., o projeto de lei buscando autorização para contratação temporária, pelo motivo de excepcional interesse público para profissional da área de medicina veterinária.

Este projeto tem o escopo de efetivar a fiscalização sanitária e inspeção municipal em estabelecimentos destinados ao abate de animais e derivados no Município de Itaqui, através do SIM-Sistema de Inspeção Municipal.

O contrato visa a regularização na situação fortuita causada pela insuficiência de profissionais no quadro de cargos do Município, para a realização da inspeção municipal e fiscalização de abates nos estabelecimentos locais.

O Município conta atualmente com 02 (dois) médicos veterinários, constantes no quadro de cargos de provimento efetivo, sendo que ambos estão com atuação específica dentro de cada Secretaria, estando lotados na Secretaria de Saúde e de Agricultura.

Devido a grande demanda interna no consumo de carne e derivados, sendo grande parte dos abates encaminhados para outros municípios, com a geração de aproximadamente 30 (trinta) empregos diretos e indiretos, a falta na prestação dos serviços prejudicará diretamente a comunidade local.

A Contratação Temporária realizada através da Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2010, que tinha o prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, finda no dia 02/08/2011, sendo que o Concurso Público Municipal está em via de implementação.

Com isso se faz necessária a contratação por tempo determinado atendendo o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Assim, se inexistir a contratação temporária, a comunidade será atingida pela inexistência do serviço, sendo que o abatedouro existente no Município e outras atividades que necessitam de fiscalização sanitária ficarão sem condições de

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

fiscalização e de funcionar regularmente, cessando os abates e prejudicando o comércio varejista local.

Em face do evidente interesse público que a proposição encerra, solicitamos a apreciação do presente projeto de lei pelos ilustres pares desta Casa.

A contratação temporária dispensa o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, a teor do artigo 16, parágrafo primeiro, inciso I da lei de responsabilidade fiscal.

Em virtude da Lei Municipal nº 3.788, de 03 de agosto de 2011, estar com vício material, na redação que alterou o artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2010, será revogada por razão de interesse público.

Estas são as razões que justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**

Prefeito